

Boletim ChanacomChana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente

ChanacomChana newsletter and the transformation of silence into language and action: lesbian feminist activism on the independent brazilian press

Bruna Emanuele Fernandes 

Universidade Federal de Minas Gerais – UFGM – Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil

Barbara Lissa 

Universidade Federal de Minas Gerais – UFGM – Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil

Rita Lages Rodrigues 

Universidade Federal de Minas Gerais – UFGM – Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil



Resumo: Este artigo propõe uma leitura e uma análise crítica dos conteúdos dos números de 0 a 12 do boletim ChanacomChana, que foi uma publicação da imprensa alternativa lésbica brasileira realizada pelo GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista, 1981-1990) que circulou entre 1981 e 1987. Nossa análise terá como referencial a teoria queer e autoras feministas decoloniais e interseccionais, a partir das quais avaliaremos e traçaremos um panorama da atualidade de várias das discussões presentes nos números do boletim, além de estabelecermos paralelos entre essas discussões e alguns acontecimentos do atual cenário político do Brasil, essencialmente no que diz respeito às discussões sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Imprensa feminista; ativismo lésbico-feminista; teoria queer; feminismo.

Abstract: This article presents a critical reading and analysis of the contents of the numbers 0 to 12 of ChanacomChana newsletter, which was a publication of the Brazilian lesbian alternative press, carried out by GALF (Lesbian Feminist Action Group, 1981-1990), which circulated between 1981 and 1987. Our analysis will have as a reference on the Queer Theory and decolonial and intersectional feminist authors, from which to evaluate and track a current panorama of the various discussions present in the newsletter's numbers, in addition to showing parallels between those and some cases in the current political scenario from Brazil, essential with regard to the debate on sex and sexuality.

Keywords: Feminist press; feminist- lesbian activism; queer theory; feminism.

1 Introdução

“Passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada ou incompreendida. A fala me recompensa, para além de quaisquer outras consequências. Estou aqui de pé como uma poeta lésbica negra, e o significado de tudo isso se reflete no fato de que ainda estou viva, e poderia não estar.” (LORDE, “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, [1977] 2019, p. 54).

Com estas palavras, Audre Lorde dá início ao seu ensaio “A transformação do silêncio em linguagem e em ação” (LORDE, [1977] 2019, p. 51-55). Ao longo do texto, Lorde nos convoca a refletir sobre alguns pontos, tais como: “Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?” (p. 55).

Diante destas questões, introduzimos o nosso objeto de estudo, o boletim (que também é comumente denominado folheto ou zine) ChanacomChana, publicação produzida pelo GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista, 1981-1990) que vigorou entre 1981 e 1987. Suas fundadoras tinham, por meio do boletim, o intuito de falar, de se posicionar enquanto mulheres lésbicas que desejavam viver sua sexualidade sem medo e estabelecer uma rede de apoio e partilha com seus pares.

Embora existam diversos boletins, zines e revistas lésbico-feministas na contemporaneidade, como a Revista Lésbi (Belo Horizonte), a Revista Brejeiras (Rio de Janeiro) e a Revista Alternativa L (São Paulo), ainda assim consideramos pertinente e relevante analisar o ChanacomChana. Isso devido não apenas ao seu caráter pioneiro, mas também por o entendermos como um registro importante de se retomarmos para construirmos nossa análise quanto à atualidade de questões tratadas, já à época, no boletim no que concerne a discussões de gênero e sexualidade, muitas das quais se fazem presentes no atual momento histórico e político brasileiro.

O boletim figurava como uma das ações políticas do grupo (que também se articulava por meio de reuniões periódicas, participações em espaços de discussão sobre gênero e sexualidade, como pode ser visto em suas edições), constituindo-se, a partir de certo ponto, também um dos objetivos de manutenção do GALF. O ChanacomChana foi uma publicação independente realizada por ativistas lésbico-feministas de São Paulo, integrantes do GALF, entre elas Miriam Martinho e Rosely Roth. Era um boletim de frequência variável, que veiculava conteúdos para seu público-alvo, mulheres lésbicas, que as faziam se sentir representadas e acolhidas. Publicava em suas edições poesias e cartas enviadas pelas leitoras, referências de livros acadêmicos e literários e debates sobre temas inerentes à vivência lésbica, tais como: encontros de mulheres, como a Conferência de Genebra, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe e o I Festival das Mulheres nas Artes; atos públicos de reivindicação de direitos; lesbianidade e mulheridade; lesbianidade e feminismo; lesbianidade e família; lesbianidade e trabalho; lesbianidade e sexualidade; entrevistas; poesias; humor etc. (ChanacomChana, n. 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 1981-1987).

Por meio da leitura e análise dos treze números do boletim, aos quais tivemos acesso pelo portal Acervo Bajubá de Memória LGBT e pela página Lésbicas na História, nos dispusemos, aqui, a analisar como o discurso dessas mulheres – veiculado por meio dessa publicação feminista e independente, essencialmente revolucionária –, figura, hoje, como um registro precioso de um dos frutos do trabalho de um grupo de ativismo lésbico-feminista que esteve no “olho do furacão” do chamado “Stonewall Brasileiro”, ocorrido no Ferro’s Bar, em São Paulo, em 19 de agosto de 1983 (PEREIRA, 2019). Para tanto, traçaremos um paralelo entre a importância do ativismo do GALF por meio do ChanacomChana, através da inserção de pensamentos de intelectuais feministas latino-americanas e da teoria queer, seguida de uma “costura” de temas abordados já à época no boletim com os paralelos que vislumbramos ser possível traçar entre diversas de suas pautas e a

atualidade das lutas nos âmbitos dos debates de gênero e sexualidade. Para isso, faremos uso de algumas citações das edições como exemplos de como os debates sobre determinadas temáticas ainda muito atuais eram conduzidos pelas ativistas do GALF, editoras do boletim.

Culminaremos em uma exposição do caráter revolucionário e atual que identificamos nessa publicação, tão representativa na história da imprensa alternativa lésbica brasileira.

2. ATIVISMO LÉSBICO-FEMINISTA LATINO-AMERICANO E A CONSTÂNCIA DA BUSCA POR VOZ

O período de circulação do boletim se situou na chamada “segunda onda do feminismo” ou “quarto momento”, que ocorreu entre 1960 e 1980, durante a qual passou-se a questionar os papéis sociais de homens e de mulheres e a problematizar questões relativas a sexo, sexualidade e gênero – que passam a ser entendidos como construções sociais. Além disso, à época no Brasil estava em curso a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), durante a qual, em meados da década de 1980, se intensificou a repressão por parte dos militares com a chamada política de “limpeza”, ou “rondão” (CNV, 2014, p. 307 apud SALES, 2019, p. 16), comandada por José Wilson Richetti, com o objetivo de “limpar” o centro da cidade de São Paulo. Essa “limpeza moral” teve como alvo travestis, prostitutas, gays e lésbicas, que foram arbitrariamente presos e agredidos, tanto física quanto psicologicamente.

Nos anos 1970 e 1980, o debate feminista lésbico no Brasil, influenciado por pensadoras internacionais como Monique Wittig e Angela Davis, propunha dar visibilidade à mulher lésbica como um ser político, por meio da luta pela liberdade de viver sua sexualidade e de se posicionar contra o patriarcado e a heterossexualidade compulsória, que violenta e submete as mulheres à dominação masculina sobre seus corpos.

As pautas das feministas lésbicas norte-americanas prestaram importantes contribuições para as gerações de feministas que se sucederam, inclusive

dentro do contexto latino-americano. Por exemplo, na década de 1990, Glória Anzaldúa, pensadora lésbica nascida nos Estados Unidos e de origem mexicana, foi pioneira do que hoje se denomina pensamento fronteiriço, que expressa as limitações de identidades essencialistas. Em seu texto *La conciencia de la mestiza* ([1987] 2019a, p.322-339), a *new mestiza* propõe romper com os binarismos sexuais, com a imposição de uma divisão sexual do trabalho e com os papéis sociais que mantêm as mulheres subordinadas. “Durante 300 anos foi invisível, não foi escutada, muitas vezes desejou falar, atuar, protestar, desafiar [...] Se manteve sem rosto e sem voz, mas uma luz brilhou através do véu de seu silêncio” (ANZALDÚA, 2004, p. 79, tradução livre).

Sobre a questão do silêncio e da potência contida tanto nele quanto em seu enfrentamento também discorre Audre Lorde (1934-1992), poeta, mãe, ativista pelos direitos civis, feminista e escritora lésbica e negra de origem caribenha-americana. Em seu ensaio “A transformação do silêncio em linguagem e em ação” (LORDE, [1977] 2019, p. 51-55), Lorde, em uma linguagem direta e potente, tão característica sua, dá testemunho do seu processo de despertar, que culminou quando ela se viu com câncer e desconhecia o caráter – se benigno ou maligno – do tumor. Por meio deste testemunho, Lorde nos chama a atenção para a necessidade paradoxal de se dar atenção ao silêncio, dissecá-lo, entendê-lo, enfrentá-lo e ver a potência que há nele.

Eu ia morrer, mais cedo ou mais tarde, tendo ou não me manifestado. Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram força e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida.

[...]

É claro que tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e ação é um

ato de revelação individual, algo que parece estar sempre carregado de perigo. Mas minha filha, quando contei para ela qual era o nosso tema e falei da minha dificuldade com ele, me respondeu: “Diga a elas sobre como você jamais é realmente inteira se mantiver o silêncio, porque sempre há aquele pedacinho dentro de você que quer ser posto para fora, e quanto mais você o ignora, mais ele se irrita e enlouquece, e se você não desembuchar, um dia ele se revolta e lhe dá um soco na cara, por dentro”. (LORDE, [1977] 2019, p. 52-53).

Lorde levanta, nesse texto, a questão da visibilidade como representativa de vulnerabilidade – embora ela ressalte que, neste último quesito, a mulher negra sempre esteve mais exposta. Feminista interseccional de ideias radicais, Lorde discorre sobre como, apesar das diferenças existentes entre as mulheres, nós, em nossos mais diversos modos de pensar, ser e existir neste mundo, devemos enxergar as diferenças entre nós como potência no sentido de, ao unirmos nossos silêncios, ser-nos possível somar nossas vozes e pleitear uma mudança verdadeira, interseccional, que leve em consideração nossas diversidades, em vez de as tomarmos como empecilhos para estabelecermos uma comunicação efetiva e alcançarmos avanços. Para Lorde, as diversidades são força, soma, não subtração.

Cada uma de nós está hoje aqui porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo.

[...]

O fato de estarmos aqui, e de eu falar essas palavras, é uma tentativa de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados (LORDE, [1977] 2019, p. 54-55).

Um dos exemplos presentes no boletim ChanacomChana de representação da potência que

há na união entre mulheres, suas vozes e diferenças pode ser observado em sua edição de número 9, denominada “Lésbicas e sexualidade: aids, constituinte, poesia, troca-cartas”, todos os artigos e sessões são dedicados a temáticas que circundam o tópico da sexualidade lésbica. Nessa edição, os textos se centram em temáticas como a origem do termo “lésbica”, relato de experiências (no caso dessa edição, de um encontro de mulheres, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe), indicações de leituras sobre vivência lésbica nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa, poesias, a homossexualidade na 1988Constituição, questões relacionadas ao fato de a performance de gênero (BUTLER, [1988] 2018) depender diretamente dos nichos em que as mulheres lésbicas estão inseridas (denominados “guetos”), o testemunho de algumas mulheres sobre o estatuto de tabu do tema da lesbianidade em seu meio feminista. O tom do número, cuja temática central é tão seminal para a discussão da lesbianidade, é o de partilha e crítica, e o que salta mais aos olhos é poder ver, nesse pequeno recorte, um pouco de como caminhava a discussão da lesbianidade e da sexualidade lésbica dentro dos movimentos feministas, no geral, e como as lésbicas se percebiam nesse meio, em sua luta por conquistar espaço e voz para suas pautas.

O número culmina e se encerra com um texto que carrega o nome da temática central da edição, o “Lésbicas e sexualidade”, onde são trazidos relatos de mulheres lésbicas (“evidentemente com nomes fictícios”, como salientam as autoras do artigo, Maria Luiza e Selma, antes de inserir os relatos), nos quais essas mulheres relatam o modo como se relacionam com sua sexualidade. Trata-se de uma entrevista coletiva, em que as entrevistadoras fazem perguntas/provocações, e não necessariamente todas as respondem. É perceptível o quanto essas mulheres, nesse espaço de trocas, encontram liberdade de colocar a suas vozes e percepções sobre suas próprias existências, assim como para debater o quanto os tabus em torno da sexualidade lésbica são maneiras de aprisionar essas existências que não partem de seus pares.

A sexualidade não é um assunto tabu para mim porque me acredito emocionada pela vida. Sinto um tesão sadio, íntegro: como, bebo, corro, nado, faço sexo com amor. No entanto, o assunto sexualidade para a sociedade atual é um tabu, levando em conta a história social cristã brasileira. Sexualidade não é só individual, humanamente individual, ela é uma questão social ditada pela situação econômica, auxiliada pelo sagrado mito da igreja. Diz e desdiz, dependendo da necessidade de sobrevivência e poder (ChanacomChana, n. 9, 1985-1986, p. 22).

3. O BOLETIM CHANACOMCHANA E A ATUALIDADE DE SEU ATIVISMO LÉSBICO-FEMINISTA

O GALF surgiu, inicialmente, dentro do grupo SOMOS/SP, formando, mais tarde, o núcleo LF (Lésbico-Feminista) dentro do próprio coletivo para pensar questões mais voltadas para a pauta lésbico-feminista e a especificidade de suas demandas. Elas eram minoria absoluta na organização, e por isso suas demandas não vinham sendo tão contempladas pelas discussões do grupo. Um exemplo disso é o fato de que em uma reunião realizada em julho de 1979, no auge do SOMOS, compareceram cerca de oitenta homens gays e dez mulheres lésbicas (FERNANDES, 2018).

Nessa reunião, foram hostilizadas e chamadas de histéricas. Felizmente receberam apoio de alguns gays do Somos, mais abertos às questões de gênero. Essa primeira fase da luta do LF não foi nada fácil, pois se depararam com empecilhos que não haviam imaginado. O LF era bastante plural, tinha de empregada doméstica a programadora de software, mulheres que não vinham da Academia, mas dos "armários" e do "gueto". O ponto comum entre elas era o lesbianismo (FERNANDES, 2018).

Assim, mesmo a decorrente dissidência das integrantes do LF de sua organização ativista homossexual de origem (a SOMOS/SP) pode ser entendida como diretamente ligada ao propósito que notamos no boletim, que é o de, sobretudo, estabelecer redes e veicular informações sobre as movimentações militantes pelos direitos dos homossexuais, principalmente das mulheres lésbicas, tanto no Brasil quanto ao redor do globo. Em uma carta, enviada ao GALF e publicada na última página da sexta edição do ChanacomChana, podemos ter

acesso ao relato de uma lésbica interiorana, Vânia, que teve sua carta inserida na sessão de cartas de leitoras. De Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, ela relata a importância do boletim para as mulheres de seu contexto poderem ter acesso ao que se passava no mundo, principalmente com relação às lutas e mobilizações das lésbicas e gays.

Outro aspecto notável na atuação política do GALF é a constância da participação de integrantes do grupo em eventos feministas no Brasil, como a de quatro de suas integrantes no 8o Encontro Nacional Feminista, que ocorreu em Petrópolis, de 7 a 10 de agosto de 1986. Nesse encontro, elas ministraram uma oficina sobre lesbianidade, que, segundo consta no décimo primeiro número do boletim, foi a oficina com o maior número de participantes do evento. No relato apresentado em texto nessa edição, fala-se sobre a necessidade de outros debates sobre o lesbianismo, pois, "de uma maneira geral, as mulheres não discutem este assunto e por isto estão imbuídas de vários valores e preconceitos padronizados pela ditadura heterossexual" (Chanacomchana, n. 11, out. 1986/jan. 1987, p 4). Outra evidência da existência, à época, da reivindicação por uma voz lésbica no feminismo, aparece, neste mesmo número do boletim, também no informativo sobre a futura realização na Cidade do México, no ano de 1987, do I Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina, Caribe e de Chicanas, que as colocaria em relação direta com o feminismo lésbico latino-americano, essencial para a formulação do pensamento feminista decolonial contemporâneo.

No boletim de número 2, em entrevista com Cida Xopcak, da Associação das Donas de Casa, é abordado o fato de muitas mulheres não quererem se identificar como feministas, por ser essa alcunha associada com ser lésbica. Ainda hoje há mulheres que também não querem ser associadas ao feminismo, porém, por outros motivos. Maria da Graça Costa, em "Agroecologia, (eco)feminismos e 'bem-viver': emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro", realizou, em 2015, uma pesquisa com doze mulheres camponesas engajadas na Marcha das Margaridas. Segundo a autora, essas

mulheres não se consideravam feministas, embora mobilizassem uma luta por seus direitos, justiça e autonomia. Isso porque, segundo elas, o feminismo é lido como uma luta historicamente associada à classe média branca, urbana e acadêmica. Outro exemplo da presença dessa percepção é apontado por Heloisa Buarque de Holanda, que no prefácio do livro *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (Bazar do Tempo, 2020), organizado por ela, conta que no laboratório que ela coordena na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – o Feminismo na Quebrada, formado por mulheres da periferia do Rio de Janeiro –, bem como em outras organizações de feminismos populares, ocorre o mesmo: muitas das mulheres que integram esses grupos não se identificam com o feminismo por não considerá-lo para mulheres “reais”.

4. FEMININO, MASCULINO E PERFORMANCE DE GÊNERO

Embora não esteja presente e/ou colocado em foco, pode-se apreender a presença, em diversas edições do boletim ChanacomChana, de um pensamento feminista interseccional, em consonância com as concepções das pensadoras de cujas discussões lançamos mão neste artigo. Ao longo dos textos presentes nas páginas do boletim, pode-se notar essa posição interseccional – mesmo que não nomeada como tal – do GALF, que objetivava somar esforços e estabelecer redes entre mulheres, lésbicas ou não, para estabelecer debates sobre gênero, sexualidade, patriarcado, heterossexualidade compulsória e toda sorte de amarras a que os pulsos das mulheres foram, e ainda são, estruturalmente submetidos. Isso se dá por meio da inserção de questões sobre performance de gênero, da exposição de diferenças de acesso a espaços de discussão de gênero e da divisão binária e discriminatória que recai sobre as lésbicas que se posicionam como “lésbicas femininas” e “lésbicas não femininas”.

A filósofa estadunidense Judith Butler ([1988] 2018) propõe a leitura de gênero como performance – mas não uma performance como entendida no campo

das artes, e sim como a interpreta o pensamento do filósofo Jacques Derrida. Em seu texto “Os atos performativos e a constituição do gênero” ([1988] 2018), Butler retira da noção de gênero a ideia de que este decorreria do sexo, e discute em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária. Assim, a autora descarta a concepção biológica de gênero e passa a pensá-lo como performance, uma performance que pode se dar em qualquer corpo, independentemente do sexo e demais aspectos biológicos desse corpo, que

é uma materialidade que assume significado, e que assume significado de maneira fundamentalmente dramática. Por dramática, quero dizer apenas que o corpo não é meramente matéria, mas uma materialização contínua e incessante de possibilidades (BUTLER, [1988] 2018, p. 5).

Butler sugere, ainda, que um corpo se torna seu gênero por uma série de atos renovados, revisados e consolidados no tempo, a partir de atos sedimentados que têm origem na família nuclear e se impõem por modos familiares de punição e recompensa. Se a “realidade” do gênero é constituída pela própria performance, ela só é real na medida em que é performada.

Cerca de 40 anos após a publicação do primeiro ano do boletim, segue sendo importante colocarmos em perspectiva a necessidade de se debater, difundir informações sobre gênero sexualidade, principalmente tendo em vista a atualidade de questões relacionadas à temática e o fato de ela estar tão em voga no Brasil nos últimos anos. Um exemplo dessa necessidade é Jair Bolsonaro, candidato à presidência do Brasil pelo PSL (Partido Social Liberal), ter sido eleito lançando mão de inúmeras fake news que corroboravam com o pensamento e o desejo de seus eleitores, muito insatisfeitos com a inserção a nível público de questionamentos relativos às sexualidades. Em entrevista ao *Jornal Nacional* em 28 de agosto de 2018, Bolsonaro mostrou o livro *Aparelho sexual e cia.*, dos quadrinistas Hélène Bruller e Zep, afirmando que a obra faria parte de um suposto “kit gay” distribuído nas escolas durante os governos petistas e dizendo preferir que seu filho morresse a que ele fosse gay.

Com a eleição de Bolsonaro para a presidência do Brasil a partir de 2019, Damares Alves assumiu o recém criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, defendendo a família nuclear a partir da prerrogativa de que “meninos devem vestir azul, e meninas, rosa”. A advogada e pastora evangélica afirmou que “A ideologia de gênero é um grande maltrato contra as crianças do Brasil. [...] Estão desconstruindo a identidade biológica” (AZUL OU ROSA..., 2019). Assim, o atual governo brasileiro, assim como o governo de Israel, por exemplo, acusa as discussões de gênero como sendo uma “ideologia” de ataque à estrutura biológica e à família tradicional – branca, classe média-alta e conservadora.

A atualidade política e identitária – embora não sempre, e não integralmente, discursiva – do boletim é tamanha, e por tantas vias possível de se atestar, que em sua décima edição, datada do período entre julho e setembro de 1986 – um ano após o fim de uma Ditadura Civil-Militar que durara 21 anos –, elas já relatavam, em seu discurso, aspectos e incômodos sobre a situação política e ideológica dominante no Brasil à época. Infelizmente e em certa medida, tal situação segue atual, uma vez que estamos diante e sob o jugo de um governo fascista, racista, LGBTQIAP+fóbico e que, como seria de se esperar, não só negligencia como oprime e repudia quaisquer mobilizações políticas fundamentadas e motivadas por pautas identitárias de minorias sociais:

No Brasil, onde as decisões sempre foram (e ainda o são em muitos aspectos) tomadas de cima para baixo e onde o povo só agora começa a sentir um gostinho de democracia, não é fácil falar sobre o porquê da organização de grupos lésbicos. Para colaborar com a incompreensão sobre o assunto e a consequente desmobilização, nós temos a falta de informação, desde aquela inteiramente distorcida e preconceituosa [...] até aquela outra mais sutil sob uma capa de liberabilidade esconde intenções muito conservadoras.

Lillian Faderman, historiadora norte-americana que pesquisou as relações entre mulheres na Inglaterra e nos EUA do século XVI até aos nossos dias, afirma que o “lesbianismo” só passou a ser taxado de anormalidade e condenado com veemência a partir de meados do século passado, precisamente quando as mulheres começam a ter acesso ao mercado de trabalho e vislumbram a possibilidade de sobreviverem sozinhas.
[...]

Bom, todos esses referenciais históricos só foram colocados para enfatizar minha posição crítica a respeito do mito da “opção sexual”. O que quero dizer é que as mulheres sempre mantiveram relações sexuais e afetivas com outras mulheres no decorrer da história, mas que cada período, cada cultura e cada contexto social encara essas relações de maneira diferente. Quer, dizer, hoje em dia, em nossa sociedade, as vivências lésbicas não são discriminadas simplesmente porque significam que mulheres estão fazendo sexo com outras mulheres. Elas são discriminadas porque significam que mulheres estão desenvolvendo estilos de vida que, no contexto atual, representam um desafio, em todos os planos, à norma básica da nossa sociedade machista, ou seja, a de que a mulher nasceu para servir (complementar?) ao homem (ChanacomChana, n. 10, p. 4, grifos nossos).

Tendo tudo isso em perspectiva, observamos ainda que as integrantes do GALF e redatoras do boletim deslocam, desde o primeiro momento, possíveis restrições de interpretações de sentido cisnormativas do próprio nome do boletim: logo de início elas justificam, em seu editorial, a origem do nome – “ChanacomChana” –, o que hoje, à luz de uma difusão profusa de reflexões de gênero menos binárias e heterocissexualmente centradas, contemplaria e acolheria para a leitura do boletim leitoras e leitores com suas diversidades de vivências e dissidências do heterocispatriarcado tal como o conhecemos.

ChanacomChana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra “CHANA” não pode ser sumariamente definida como órgão sexual feminino. É algo tão mais amplo quanto os contrapontos de existir. Que a palavra “CHANA” soe para uns como “CHANCE”, para alguns como “CHANCA” (pé grande, sapatão), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se de prévias conotações (ChanacomChana, n. 2, 1983, p. 4).

Ademais, logo no início da edição de número 2 é apontada uma problemática ainda presente na sociedade brasileira, que é o medo de que, ao assumir a existência e normalidade da homossexualidade, ela se torne um esquema normativo, modelizante. Ora, a discussão que as ativistas do GALF levantaram já nos anos 1980 e que é tão necessária ainda hoje, cerca de 40 anos depois, é justamente sobre a necessidade de não se conceber a heterossexualidade como o “natural”, um padrão de neutralidade, uma vez que ela

é sócio-historicamente um esquema normativo e modelizante. Como bem colocado no boletim, “a heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como ‘normal e obrigatório’, diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes” (ChanacomChana, n. 2, 1983, p. 2).

Com esta premissa, o ChanacomChana se posicionou não como oposição à heterossexualidade, mas à heterossexualidade entendida forçadamente como uma instituição padrão. Nos discursos que veiculavam as páginas do boletim, pode-se observar, antes, uma preocupação com a desconstrução de uma concepção do ativismo lésbico como um movimento de oposição à heterossexualidade, mas antes como um movimento de afirmação identitária e de luta por direitos para a comunidade. Ainda no número 2 do boletim, Antoinette Fouque, uma das fundadoras do MLF (Movimento de Liberação das Mulheres | França), defende pontos como: não ser o homem o inimigo, mas sim a misoginia; a homossexualidade masculina ser perversa, ao passo que a feminina, não (pela ausência do falo e da opressão por ele).

No que concerne à construção do que é gênero, teorias relativamente recentes a discutem como estigmatizante. A socióloga e ativista argentina Maria Lugones (2010) chamou de feminismo descolonial a possibilidade de superar a colonialidade de gênero, considerada como a opressão de gênero racializada capitalista. Segundo a autora, a categoria “gênero” é, e o foi desde o princípio, uma imposição colonial, assim como a heterossexualidade compulsória (RICH, [1980] 2010, p. 17-44), sendo a organização do social em termos de gênero hierárquica e dicotômica, e a organização do social em termos do sexo, dimórfica. Paul Preciado ([2004] 2014), em seu Manifesto contrassexual, discute a contrassexualidade não como criação de uma nova natureza, mas como o fim da natureza biológico-sexual enquanto norma de sujeição dos corpos. A partir da substituição do contrato social pelo contrassexual, os corpos se reconheceriam a si mesmos não mais pelas categorias binárias de “homem” e “mulher”, mas como corpos possíveis de aceder a todas e quaisquer práticas significantes.

5. CHANACOMCHANA E APROXIMAÇÕES COM A TEORIA QUEER

Como mencionado anteriormente, nota-se desde o princípio a preocupação das realizadoras do boletim em deixar clara a sua concepção da palavra “chana”, fazendo-o de modo a transparecer um entendimento de gênero que ultrapassa o tradicional – binário e biologicamente centrado. Já em sua primeira edição, de número 0, o ChanacomChana, ainda como jornal, afirma seu compromisso em representar um “sopro”, que entendemos como um sopro de vida. Sobre o nome escolhido para a publicação, elas o justificam afirmando não se referir pura e simplesmente ao “órgão sexual feminino” cisgênero (ChanacomChana, n. 0, 1981, p. 4). A referência ao significado do nome, presente no editorial do primeiro número e na maioria de seus outros doze números, é novamente feita, por exemplo, em texto do sétimo número da publicação, um indício da importância que tinha para o GALF demarcar amplamente esse significado.

Em 1990, a escritora e professora italiana Teresa de Lauretis apresentou, pela primeira vez, a teoria queer como tema de uma conferência na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Tal teoria surge pela necessidade de um olhar múltiplo sobre o campo de estudos de gays e lésbicas, tendo estas últimas, segundo De Lauretis, uma relação muito forte, mas também conflituosa, com o movimento feminista, além de não serem o alvo principal de campanhas de marketing de um “estilo de vida gay”. Os coletivos de mulheres lésbicas, negras, chicanas e latinas questionaram o feminismo branco, que em geral desconsiderava as questões raciais e étnicas, o que ocasionou uma reformulação do feminismo que, por sua vez, contribuiu para a construção da teoria queer (DE LAURETIS, 2019, p. 399).

A teoria queer se dedica a problematizar a construção identitária relacionada à gênero e à sexualidade, mostrando como identidades sexuais binárias (homossexual e heterossexual) são construções discursivas sociais, históricas e culturais envoltas por relações de poder e saber. Essa teoria estabelece um diálogo crítico entre lésbicas e homens

gays sobre sexualidades e seus respectivos históricos sexuais, relações de gênero e raça, relacionamentos inter-raciais e interétnicos – vieses que não eram, de fato, diretamente abordados no Chanacomchana. Porém, os tensionamentos entre homens gays, lésbicas e o movimento feminista transparecem ao longo dos números do boletim e mostram a importância dos coletivos lésbicos para a formulação da teoria queer, a ser pensada como antissocial, em defesa da antinormatividade, como o lugar das identidades sexuais não normativas. De Lauretis defende que para efetivação de uma política queer não teleológica “é preciso haver a tradução de um lugar para o outro, da abstração da teoria e da filosofia para um modelo de ação política concreto” (DE LAURETIS, 2019, p. 407).

Um exemplo do cumprimento desse “modelo de ação política concreto” é a exposição Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira, aberta em setembro de 2017 pelo Santander Cultural, em Porto Alegre. A mostra, com curadoria de Gaudêncio Fidelis, foi a primeira exposição com temática queer montada no Brasil em uma grande galeria, e reuniu 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam a temática LGBTQIAP+, questões de gênero e de diversidade sexual. No entanto, um mês após sua abertura, a exposição foi censurada e fechada. A esse fechamento se seguiram manifestações organizadas principalmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), nas quais se alegava que a exposição fazia “apologia à pedofilia, zoofilia e ofendia símbolos religiosos”. Além disso, também o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr. (PSDB), posicionou-se contra a continuação da exposição. Posteriormente, no Rio de Janeiro, a exposição viria a ser instalada no Museu de Arte do Rio e novamente censurada após diversas críticas do prefeito Marcelo Crivella (PRB). Os episódios de censura, obviamente, ocorreram não apenas considerando o caráter artístico-discursivo da Queermuseu, mas também a expressão, nas obras que a compõem, de corpos que são silenciados pela sociedade brasileira em seus âmbitos pessoal, cultural e político. Também isso evidencia a necessidade da construção de um diálogo na esfera pública e de uma

ação política contínua, uma vez que não há nenhum direito totalmente garantido socialmente àqueles que não se encaixam nos padrões hegemônicos heterocispatriciais.

O Chanacomchana, na década de 1980, como porta-voz do GALF, constituiu-se como uma ação engajada na construção de um espaço social e político para lésbicas. Em praticamente todas as edições do boletim pode ser encontrada, tanto nos artigos de opinião quanto nos informativos e mesmo nas entrevistas, a constância do questionamento da dicotomia imposta entre masculino e feminino. Sempre abordada como negativa e limitante, essa indagação é um dos principais aspectos que permitem entrever no boletim suas inclinações a um pensamento feminista que passe mais pela via do queer, ainda que isso hipoteticamente não estivesse bem sedimentado ideologicamente nas consciências das vozes e porta-vozes de quem construiu e leu a publicação à época.

No boletim de número 5, intitulado “Ser ou estar homossexual?”, são levantadas questões muito pertinentes e atuais acerca da pressão social para que as pessoas declarem suas sexualidades, no intuito de que a autodefinição elimine ambiguidades. Nesse número do boletim, argumenta-se que, independentemente de se declarar homossexual ou não, a mulher irá sofrer preconceito caso se desvie da heteronormatividade. As redatoras apontam, também, o caráter fluido da sexualidade, de modo que qualquer pessoa, heterossexual ou homossexual, pode transitar entre interesses sexuais diversos. Nota-se, também aqui, mais um caso da presença de pensamentos em consonância com a teoria queer, que, assim como argumentado no supracitado número do boletim, entende as identidades sexuais como fluidas, diversas, em construção, em processo, em fluxo. Essas redatoras argumentam, também, sobre o quão aprisionantes acreditam ser as categorias binárias de masculino e feminino.

A sociedade homofóbica em que vivemos nos obriga a negar a quem queremos e amamos. Ela nos impõe uma vida dupla, um estado de esquizofrenia constante que não nos permite viver nem total nem integralmente. Passamos nossos dias com medo: medo por nossos direitos; medo pela perda do emprego; medo pela perda do afeto de nossos familiares e, às

vezes, até mesmo medo de perder a vida. Para tentar romper essa situação, muitas mulheres lésbicas e homens homossexuais, pertencentes ou não a grupos organizados, vêm preferindo simplesmente deixar de mentir e assumir esta faceta de suas personalidades em diferentes níveis e de diversas formas. Esta medida, uma medida efetiva para o fim da autorrepressão, da vergonha e da culpa, está sendo confundida, atualmente, com uma certa elegia ao “carreirismo homossexual”, ou seja, acredita-se que quando uma pessoa se diz homossexual ela passa a traçar um destino inexorável o qual jamais poderá contradizer e, conseqüentemente, do qual jamais poderá escapar. Argumenta-se, também, que existe uma pressão para que as pessoas se declarem isso ou aquilo, e que esta pressão pode vir a “desempenhar o papel de eliminar a anomalia e a ambigüidade na vida da sociedade e do indivíduo”. [...] Um dos caminhos parece ser, sem dúvida, a desmistificação da crença popular num 3º sexo – os homossexuais e as lésbicas são homens e mulheres de todas as raças, classes, credos, etc... -, bem como o questionamento profundo dos comportamentos masculino e feminino exigidos para homens e mulheres. [...] (ChanacomChana, n. 5, nov. 1984, p. 3-5).

No primeiro texto da oitava edição, cuja tônica é a celebração dos seis anos do GALF, apresenta-se a origem da denominação “lésbico-feminismo” e a dupla opressão vivenciada pelas mulheres lésbicas: “Lésbica significa não a afirmação de uma nova categoria sexual, mas sim a designação de uma postura política que vê nas relações afetivas e sexuais entre mulheres um caminho na busca de uma nova maneira de ser mulher neste mundo” (ChanacomChana, n. 8, ago. 1985, p. 3). Teresa de Lauretis (2019) expõe uma compreensão similar acerca da teoria queer, pois somente na década de 1970, com o movimento da liberação gay, queer deixou de ser utilizado de modo pejorativo para se tornar motivo de orgulho e uma marca identitária de resistência política. “Queer”, assim como “gay” e “lésbica”, “sapatão” e “viado”, passa a, além de caracterizar-se como uma identidade, ter a ressignificação de seu uso como um ato de contestação social.

6. LÉSBICAS E FAMÍLIA: FORMAS DE EXISTIR LÉSBICA E SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA FAMÍLIA NUCLEAR HETERONORMATIVA

A discussão em torno da questão da lesbianidade e sua existência aberta no contexto familiar tradicional é discutida, em medidas variáveis, em alguns dos números do boletim. No sétimo número da publicação, inteiramente focado na temática “lésbicas e família”, a organização da família sobre a perspectiva ocidental nuclear monogâmica é questionada a partir do patriarcado e das relações desiguais de poder que se estabelecem no ambiente familiar tradicional. No referido número, dois textos tratam da temática: o primeiro, com um viés mais histórico-político, traça a origem da família, da propriedade privada e do estado apresentando referências, firmando o argumento de a instituição familiar, tal qual a conhecemos e praticamos na contemporaneidade, não ser o único caminho possível, nem mesmo o único já existente; já o segundo se trata de uma relativamente longa entrevista com oito mulheres lésbicas, com idade entre 20 e 36 anos e com diferentes níveis de formação formal e contextos sociais.

No primeiro texto, a noção ocidental de família é relativizada, demonstrando-se que não há nada de “natural” e “universal” – adjetivos utilizados por sua autora, Rosely – no modelo familiar heteronormativo imposto, pois os atributos de feminino e masculino, formas presentes na ideia de família, “surgem historicamente a partir de certos interesses e se transformam de acordo com as mudanças que ocorrem nas sociedades, influenciando e sendo influenciado pelas outras esferas sociais” (ChanacomChana, n. 7, abr. 1985, p. 5). Além disso, remonta-se à origem da família, da sociedade privada e do Estado (ENGELS, 1884, p. 3).

A respeito disso, Oyèrónké Oyewùmí (2004), pesquisadora feminista nigeriana, argumenta que na cultura ocidental a categoria “mãe” é entendida como esposa do patriarca e é automaticamente associada a um laço sexual com um pai. É principalmente a partir desse modelo de família nuclear, estruturado em um patriarca como chefe da família e uma esposa submissa ao marido, que os filhos tendem a se identificar com um dos papéis e, assim, reproduzir os estereótipos de gênero que observam.

Ainda no número 7 do boletim, a heterossexualidade também é abordada como sendo instituída pela família, o primeiro lugar de socialização a que somos expostos. No texto das entrevistas, intitulado “Lésbicas e família”, as questões levantadas, bem como as percepções sobre as vivências familiares, são bastante íntimas: as entrevistadas responderam a três questões sobre a vivência familiar: sobre o conhecimento e a aceitação ou não do fato de serem lésbicas por parte de seus familiares; sobre o que elas pensam da instituição família e se as relações lésbicas podem reproduzir as relações familiares já existentes. As dificuldades em contar para a família, assim como na recepção de muitas no seio familiar após dar a conhecer o fato de serem lésbicas, foram apontadas por grande parte das entrevistadas. Uma das repostas que mais chamam a atenção é a dada por Neide, 27 anos, 2o grau completo, esteticista e agente fiscal de trânsito, que aponta para uma existência de aceitação por parte de sua família, assim como para uma conformação familiar distinta da de separação do trabalho a partir das definições de feminino e masculino ocidentalistas:

Não existe, por exemplo, repressão em termos de trabalho – todos fazem de tudo. Eu acho que onde nasci, por ser uma aldeia indígena; pela própria condição, as pessoas são mais livres. Hoje, meu pai não me reprime. Ao contrário, até pergunta pela minha namorada. Não há crises. A única é a de ciúmes por parte de minhas irmãs, que acham que dou mais atenção à minha namorada do que a elas. Todos os meus irmãos sabem e eles, inclusive, brigavam para me defender dos namorados de algumas meninas que se interessavam por mim (ChanacomChana, n. 7, abr. 1985, p. 11).

Um termo muito mencionado na entrevista, sobretudo nas respostas à segunda pergunta – “O que você acha da instituição família?” –, a palavra “normal” é mencionada em diversos momentos. Lorde ([1980] 2019, p. 141-153), em seu ensaio “Idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo a diferença”, trata dessa “normalidade” sob a alcunha de “norma mítica”.

Em algum lugar, no limite da consciência, existe o que eu chamo de norma mítica, que todas sabemos em nosso coração que “não somos nós”. Nos Estados Unidos, essa norma geralmente é definida como branco, magro, homem, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. É nessa norma mítica

onde residem as armadilhas do poder nessa sociedade. Aquelas de nós que estamos à margem desse poder frequentemente identificamos algo pelo qual somos diferentes e consideramos que essa seja a causa primária de toda opressão, esquecendo outras distorções que envolvem a diferença, as quais nós mesmas podemos estar reproduzindo. De modo geral, no movimento das mulheres atual, as mulheres brancas focam a opressão que sofrem por serem mulheres e ignoram as diferenças de raça, orientação sexual, classe e idade. Há uma suposta homogeneidade de experiência coberta pela palavra “sororidade” que, de fato, não existe. (LORDE, [1980], 2019, p. XX).

Paul Preciado, por sua vez, em seu “Multidões queer: notas para uma política dos anormais” (2011, p. 11-20) traz o queer como o outro, o anormal, como algo que transgride, transpõe, ultrapassa e revoga a normalidade ditada pela norma mítica.

Já nas respostas à segunda pergunta – “O que você acha da instituição família?” –, dois pontos em comum puderam ser observados entre as respostas dadas pelas entrevistadas: predominou a alusão à família como uma instituição “falida”, bem como o fato de a maioria das entrevistadas ter expressado, em suas respostas, considerarem que uma criação familiar mais comunitária estaria mais próxima do objetivo de uma instituição familiar menos opressora. Nesse sentido, Monique Wittig, em *As guerrilheiras* ([1969] 2019), insere a narrativa de uma sociedade utópica, composta e conduzida apenas por mulheres lésbicas. Essas mulheres existem, lutam, experimentam a vida e se relacionam de maneira comunitária, subvertendo, pondo a baixo a lógica familiar heteropatriarcal, nuclear monogâmica e falocêntrica. É possível traçar um paralelo entre o pensamento de Wittig e as ideias de lógica familiar comunitária expressadas pelas mulheres entrevistadas, na medida em que tudo isso é sobre romper com papéis de gênero feminino e masculino e vislumbrar, ainda que utopicamente, uma sociedade que já tenha se desprendido do jugo do falo em sua organização e sustentabilidade.

Utopicamente, imagino uma outra estrutura que substituiria a família, onde os filhos não fossem criados somente pelos pais. Deveria existir um tipo de comunidade. Eu me sinto muito presa na família e acho que se tivesse sido criada numa comunidade, dividindo afeições, seria mais livre [Luiza, à época 25

anos, assistente de finanças, estudante de História na USP].

Acho que é uma instituição fudida, que só serve para manter o sistema de dominação sobre a mulher e sobre as pessoas de uma maneira geral. Serve para formar os futuros cidadãos dentro de 2 papéis: o de masculino e feminino. [...] Considero o núcleo familiar muito restrito. [...] Numa estrutura comunitária, por exemplo, as crianças teriam uma variedade maior de modelos com que se identificarem, o que seria emocionalmente mais rico e possibilitaria um crescimento maior [Míriam, à época com 30 anos, professora de Inglês, cursando tradução-interpretação] (ChanacomChana, n. 7, abr. 1985, p. 14).

Na edição de número 6 do boletim, uma das temáticas principais, junto à da maternidade lésbica, é a da mulheridade transexual. A argumentação gira em torno da figura de uma mulher artista transexual – embora haja argumentos que definam seu gênero como intersex – nacionalmente famosa, Roberta Close (1964-1993). Subdividindo sua argumentação, a redatora do artigo argumenta em quatro frentes, diante de quatro afirmações: “Roberta Close é um homem”; “Roberta Close é uma mulher”; “Roberta Close é um transexual”; culminando em “Roberta Close é uma Roberta Close”. Assim, ela conclui:

[...] eu gostaria de reafirmar que [...] é preciso considerar Roberta Close como mulher, ou mulherão, como dizem. La Close não deu bola para sua genitália que poderia tê-la impedido de ser mulher, e se construiu enquanto a imagem de mulher convencional que circula por aí. Podemos questionar essa imagem de mulher convencional que ela adotou, mas não ela mesma. Sua criação é muito particular e, embora parta da reprodução do papel de gênero feminino, ao mesmo tempo, rompe com ele, na medida em que o subverte e modifica sua função principal, que é a de reprimir a sexualidade da mulher e a sua autonomia no geral. No caso de Roberta Close, sua construção de mulher parece lhe dar bastante prazer e independência, não dor e opressão. E é em relação à questão do prazer que eu penso na necessidade de implodir os conceitos de masculino e feminino [...], já que eles são a base da dominação das mulheres e da marginalização das pessoas homossexuais. [...] É compreensível que as mulheres, na ânsia de se libertarem do papel tradicional de esposas e mães e de entrar no mercado de trabalho lado a lado com os homens, tenham adquirido algumas das características negativas do que se convencionou chamar de masculino, tais como autoritarismo, competitividade, agressividade, etc... Hoje, nós já percebemos que é um erro reproduzir o estereótipo masculino, mesmo que seja sob pretexto de emancipação, mas também não podemos nos voltar novamente para o

chamado feminino como tábua de salvação. Na verdade, me parece que a tática mais adequada, para não ficarmos mantendo a velha dicotomia do masculino e do feminino, é retirar os valores desses dois gêneros que consideramos positivos de dentro dos estereótipos e colocá-los à mão de todas as pessoas de qualquer sexo. [...] Talvez desta forma então, os homens e as mulheres se sintam mais à vontade para experimentar comportamentos diferentes daqueles a que estão acostumados sem correr o risco de marginalização que surge inevitavelmente quando uma pessoa contesta e rompe com o que lhe foi determinado pelo tempo e pela sociedade onde vive. Talvez daí possamos realmente concretizar o sonho de um mundo onde cada ser humano tenha suas potencialidades e individualidades reconhecidas e respeitadas como criações únicas e especiais e onde as diferenças biológicas, ou outras, não sejam hierarquias ou dominações de qualquer espécie.

Alguém poderia dizer que isso é impossível, que é utopia, mas eu gostaria de responder que talvez não, citando Marilena Chauí em seu livro "Repressão sexual (essa nossa (des)conhecida):

Talvez a utopia não seja o impossível, consolação que nos conforma para aceitação resignada no presente. A sociedade, uma outra vida humana, a liberdade e a felicidade são possíveis. A utopia nasce do sentimento e da ideia do possível."

Retomemos, então, a ideia do possível, produzindo-o a partir de nós mesmos e em nossas vidas diárias através de constantes tentativas de mudança individual e social. (ChanacomChana, n. 6, 1984, p. 6).

7. LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES: ATIVISMO FEMINISTA, LESBIANIDADE E DIREITOS DAS MULHERES HÉTERO E HOMOSSEXUAIS

7.1. ChanacomChana e os movimentos populares

Ao longo das páginas do boletim, pode-se observar um interesse por pautas relacionadas à diversidade étnica por parte do GALF. No boletim de número 11, por exemplo, há indícios disso pelo fato relatado de que, ao participarem do 8º Encontro Nacional Feminista, que contou com 55 oficinas, as integrantes do GALF optaram por participar de uma com temática indígena, e de uma segunda, com temática negra. A primeira era intitulada “Racismo e Esterilização”, e a segunda, “O problema do índio é o branco”. Além disso, elas ofereceram uma oficina no

evento sobre lesbianidade. Na mesma edição do boletim, ao entrevistarem candidatas aos cargos de deputada estadual e de deputada federal pelo Rio de Janeiro, aborda-se a questão negra e a questão indígena, além do lesbianismo, o que pode situar, mais uma vez, o boletim como ideologicamente interseccional.

Devido ao seu intento de promover um espaço de trocas entre mulheres lésbicas, o boletim fundado pelo GALF, a partir de sua edição de número 2, passou a contar com apoios que possibilitaram que ele pudesse ser levado adiante, tanto práticos – sobretudo financeiros, advindos principalmente das assinaturas do boletim – quanto ideológicos e políticos, estes podendo ser percebidos em todas as edições a partir da segunda. Isto se deve em parte, acreditamos, ao fato de elas terem sempre preferido trabalhar com a escuta, principalmente em suas entrevistas, de uma pluralidade de vozes. A prática da inserção de entrevistas, ainda que os posicionamentos nelas expressos não condizessem com os das integrantes do GALF – como pode ser constatado em pequenas notas inseridas ao fim de alguns textos –, pode ser vista como mais um mecanismo em prol do objetivo de dialogar, além de promover a polifonia pretendida aos discursos veiculados pelo boletim.

Um outro aspecto que interpretamos como indicativo desse movimento em direção ao aumento da representatividade e abrangência nas pautas abordadas pelo boletim, e que confirma-se em algumas sutilezas que detectamos ao longo das edições da publicação, é o fato mesmo de, ao escolher quem entrevistar, as componentes do GALF terem sempre preferido, aparentemente, aquelas mais “à margem”. Um exemplo claro disso é a entrevista sobre a Associação das Donas de Casa e sua relação com lesbianidade e aborto, e pode ser detectada essa escolha na pergunta “São duas Associações das donas de casa?”, pergunta à qual a resposta diz que existe uma mais burguesa, com pautas menos atravessadas pela ação direta, e a delas, uma mais prática e periférica.

Existe uma outra Associação, que é do pessoal da burguesia, da Marlene do Carmo. Gostam de fazer pão em casa, ela acha que dá pra

resolver o problema do pão e do leite que estão muito caros, fazendo-os em casa. A gente não, a nossa associação é mais reivindicativa, dá informação para a mulher. Em vez de fazer pão em casa nós queremos que o [preço do] pão abaixe (ChanacomChana, n. 2, 1983, p. 4).

O paralelo traçado no relato de as donas de casa da associação “burguesa” focarem em fazer o pão, ao passo que as donas de casa da associação popular focavam mais em baixar o preço dos alimentos e em se profissionalizar e/ou buscar uma dinâmica doméstica mais justa, mostra por si só a ausência que havia àquela época, e – que persiste ainda hoje, embora em menor medida – de um pensamento interseccional sobre as pautas das mulheres: mulheres de classe-média branca não têm as mesmas preocupações das mulheres pretas ou pardas das camadas mais pobres da população, por exemplo, e isso torna impossível equiparar as pautas e lutas. Nesse texto-entrevista, intitulado “As donas de casa discutem lesbianismo, aborto e...”, as perguntas foram direcionadas para a origem do movimento, bem como para o autoentendimento das componentes como feministas. Assim, Cida responde às perguntas elucidando o modo como a luta das mulheres donas de casa não é menos legítima pelo fato da classe se associar à ideia patriarcal das relações, e que ela merece tanta credibilidade e respeito quanto as lutas de mulheres feministas que não necessariamente reproduzem a heteronomia em sua vida doméstica.

No decorrer da entrevista, expõe-se, também, a questão da ação feminista ser tão ou mais importante que o discurso. Em suas respostas, Cida esclarece vários outros aspectos e pontos de vista, como o fato de as integrantes da Associação não considerarem o movimento como feminista, mas também o ponto de vista das integrantes da organização diante do feminismo, que costumava ser, por várias delas, demonizado e associado necessariamente à homossexualidade feminina. Ou seja, nesse ponto vislumbra-se a questão socioeconômica a subdividir os debates das pautas das mulheres, entrave ainda hoje vivenciado na busca por expansão e unificação das nossas lutas. Isto posto, indagamos: Porque, ainda hoje, quase 40 anos após a primeira publicação do

boletim, o feminismo ainda parece apresentar dificuldades em representar a todas as mulheres?

7.2. ChanacomChana e as lutas pela emancipação feminina política e social

Com o passar das edições, é possível inferir um progressivo amadurecimento político por parte das responsáveis pelo boletim. Há, tanto na edição de número 2 quanto na de número 7, por exemplo, uma discussão sobre a questão do aborto, da inserção das lésbicas nos debates dessa pauta, da construção do feminismo com a lesbianidade, do poder de ruptura da barreira imposta entre esses dois domínios, que na verdade são imbricados. Além disso, a partir de certo ponto, a publicação passa a se deixar atravessar ainda mais pela política, e isso pode ser percebido, por exemplo, na edição de número 6, na qual boa parte dos textos giram em torno da temática da lesbianidade e da maternidade.

Como produto desta passagem para o sistema patriarcal tal como o conhecemos hoje, surge o conceito de família com os papéis sexuais que ela produz e reproduz: o pai é autoridade com funções econômicas (na maioria das vezes descomprometido da educação cotidiana dos filhos), não monogâmico, tendendo a ser opressivo e violento entre outros atributos ditos masculinos. À mãe cabe cuidar da infraestrutura doméstica: passar, lavar, manter a casa limpa, cozinhar, cuidar dos filhos, ser monogâmica, doce, submissa e prestar serviços afetivos e sexuais. Estas são algumas características que fazem parte do universo considerado como especificamente "feminino". É claro que estes papéis perpetuam a dominação masculina. Apesar do trabalho doméstico ainda não ser considerado trabalho, mesmo que ultrapasse o número de horas dos assalariados, a sua realização pelas mulheres proporciona vantagens econômicas ao marido que, ou teria que pagar uma ou mais pessoas para exercer estas atividades, ou teria que fazê-las ele mesmo, diminuindo seu tempo para lazer ou para a própria carreira. Nesta estrutura, os trabalhos da mulher servem de apoio às funções e desejos do homem. A heterossexualidade institucional (casamento, monogamia, filhos, etc), é uma das características que a família procura manter, assim como outros atributos rotulados de "femininos" e "masculinos". Estes atributos são falsamente percebidos e transmitidos como "naturais" e "universais"; omite-se que como toda criação humana, eles surgem historicamente a partir de certos interesses e se transformam de acordo com as mudanças

que ocorrem na sociedade (ChanacomChana, n. 6, 1984, p. 5-6).

A própria inserção de notas explicativas de termos e expressões atualmente mais conhecidos e cotidianamente empregados, como "sociedade homofóbica", é outro indicativo da preocupação do boletim em disseminar informação e formar pensamento crítico – mas não por meio de informações cifradas para uma pequena "bolha" social, como é muito feito atualmente, e sim por meio do esmiuçamento máximo possível das informações passadas, no sentido de garantir o entendimento por parte da(o) leitora(r) da publicação.

Também com relação à eleição da Assembleia Constituinte em 1986, que foi um momento crucial para a futura conquista de direitos estabelecida na Constituição de 1988, o boletim ChanacomChana manteve-se no cumprimento de sua responsabilidade em difundir a voz das reivindicações das mulheres lésbicas. Em seu décimo primeiro boletim (1986), publicou-se uma extensa entrevista com três candidatas do campo progressista, com o intuito de fornecer às leitoras da publicação material para melhor avaliar as propostas dessas candidatas. Para isso, foram entrevistadas Cassandra Rios, candidata a deputada estadual pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), e Irede Cardoso e Dulce Cardoso, candidatas ao cargo de deputada federal pelo PT (Partido dos Trabalhadores). As perguntas feitas giraram em torno das bandeiras referentes à homossexualidade, ao casamento homossexual, às questões de negros e indígenas, à luta das mulheres, à ecologia – temas que se são recorrentemente pautados em discursos decoloniais.

Outros dois exemplos da abrangência da atuação do GALF e do modo como o grupo se deu a conhecer em seu percurso pode ser visto na sua coluna de informes, em que foram veiculadas e notificadas, ao longo das treze edições do ChanacomChana, informações acerca das movimentações pelos direitos das mulheres e de gays e lésbicas ao longo da década de 1980. Nessa coluna, por exemplo, deu-se a conhecer o projeto de lei do deputado França Teixeira do PFL (Partido

Democrático Social) para criminalizar “os crimes praticados em razão de sexo, orientação sexual ou estilo de vida” (ChanacomChana, n. 7, abr. 1985, p. 17). Além disso, logo após o editorial da mesma edição da publicação, as redatoras trazem o fato de uma deputada do PT do Rio de Janeiro ter enviado a elas uma correspondência as informando sobre o fato de ter protocolado um projeto de lei que visava garantir assistência médica pelo Estado à mulher que praticasse aborto em dois casos: o de estupro e o de a gestação apresentar risco à vida dessa mulher. A lei só passou a vigorar em 1984, 36 anos depois de ter sido criada uma lei que regulamentasse a criminalização do aborto no Brasil.

A essa lei, somente em 2012 cresceu-se o direito de abortar em caso de detecção de fetos anencéfalos durante a gestação. Mas fato conhecido é o de que, ainda hoje, e apesar do que consta na legislação, o descaso com essa pauta ainda faz com que milhares de mulheres, ainda que nessas situações em que o aborto é assegurado por lei, não consigam acesso a um abortamento seguro. No Brasil, o aborto segue sendo crime, com penas que variam de 1 a 3 anos de detenção para a mulher que aborta e de 3 a 10 anos para o médico responsável por conduzir o procedimento. Muito ainda precisamos lutar para que enfim, e sem ressalvas, o direito ao aborto seja reconhecido e implementado, e sua prática, descriminalizada.

Apesar de a luta por direitos ser contínua, e mesmo que parte das reivindicações do grupo ativista lésbico GALF não tenham sido contempladas pelo texto da Constituição Brasileira de 1988 – por exemplo, o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo –, elas terem, já à época, pautado tais temas atesta e demonstra a contemporaneidade das reivindicações empreendidas por esse grupo e a constância da busca que empreendeu ao longo de sua existência, por meio de sua atuação política, por voz.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações feitas por nós ao longo do presente artigo, reiteramos a importância de

se analisar o boletim ChanacomChana tanto como importante documento histórico do ativismo lésbico-feminista brasileiro quanto como veículo de discussão e difusão de um pensamento lésbico-feminista no Brasil. Consideramos relevante analisá-lo, também, pelo caráter atual de diversas das pautas nele contidas já há cerca de quarenta anos atrás. E nos propomos a isso não somente sob perspectivas das atuais teorias críticas a respeito de tais pautas, mas sobretudo lançando luz sobre como a sociedade brasileira encara, ainda hoje, as temáticas de sexualidade e gênero, tanto na esfera ética quanto política.

Por fim, ressaltamos a importância de mobilizações coletivas como o GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista, 1981-1990), como mecanismo ativista-organizacional de reunião e fortalecimento de vozes estruturalmente abafadas e, até mesmo, silenciadas pelo machismo e a misoginia em vigor nas sociedades, pois, como bem disse Audre Lorde, “há muitos silêncios a serem quebrados” (LORDE, “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, [1977] 2019, p. 57).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. M. de. Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência (1987). In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 322-339.

AZUL OU ROSA: especialistas em questões de gênero comentam declarações de Damares Alves. Gaúcha ZH, on-line, 4 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2NVmSA2>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista [1988]. In: Caderno de Leituras n. 78. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, 2018.

CARDOSO, E. da P. Imprensa feminista brasileira pós-1974. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CENSURA QUEERMUSEU. Disponível em: <<https://bit.ly/2BYfpxv>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

DE LAURETIS, Teresa. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 397-409.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e “bem-viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO E XIII WOMEN'S WORLDS CONGRESS. Anais..., Florianópolis, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 25-48.

FERNANDES, Marisa. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. Revista Cult, on-line, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1884). Disponível em: <<https://bit.ly/2NU1bRa>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GALF. Não me envolvam, eu me envolvo. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 0, 1981.

GALF. Mulher de chuteira | Festival Tem Mulher no Palco | A questão homossexual. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 1, dez. 1982.

GALF. Sandra Mara Bigode: a queda para o alto. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 2, 1983.

GALF: a história de um grupo de mulheres lésbicas (edição de aniversário). ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.

GALF. Ferro's Bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.

GALF. Ser ou estar homossexual?. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 5, nov. 1984.

GALF. Mães lésbicas | E mais poesias, informes, correspondências. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 6, 1984.

GALF. Lésbicas e família e mais poesias, informes, correspondência. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 7, abr. 1985.

GALF. Lésbicas e trabalho. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 8, ago. 1985.

GALF. Lésbicas e sexualidade: aids, constituinte, poesia, troca de cartas. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 9, dez. 1985/ fev. 1986.

GALF. Conferência Lésbica em Genebra: poesia, troca-cartas, assumindo, homossexualidade nas leis. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 10, jul.-set. 1986.

GALF. Entrevista com candidatas: Irene Cardoso, Dulce Cardoso, Cassandra Rios. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 11, out. 1986/jan. 1987.

GALF. Entrevista com “Sexualidade e saúde”: feminismo, eleições, linguagem, poesias, troca-cartas, informes. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 12, fev./maio 1987.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação (1977). In: LORDE, A. Irmã Outsider: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 51-55.

LORDE, A. Usos do erótico: o erótico como poder (1978). In: LORDE, A. Irmã Outsider: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 67-74.

LORDE, A. Idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo a diferença (1980). In: LORDE, A. Irmã Outsider: ensaios e conferências. Tradução de

Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p 141-153.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. Copyright 2014 by Revista Estudos Feministas. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010.

OYEWÚMÍ, Oyérónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas (2004). Tradução de Juliana Araújo Lopes. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-95.

JORNAL DA USP. LGBTs no Regime Militar: a primeira passeata. 2018. (5m46s). Disponível em: <https://youtu.be/vS8qi_oDkGE>. Acesso em: 20 maio 2020.

JORNAL NACIONAL. Entrevista com Jair Bolsonaro, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2BqWknW>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PEREIRA, J. Levante ao Ferro's Bar: o Stonewall brasileiro. Aventuras na História – UOL, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3en8sE2>>. Acesso em: 28 maio 2020.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, n. 1, v. 19, p. 11-20, jan./abr. 2011.

PRECIADO, Paul B. O que é contrassexualidade. In: PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo, N-1 Edições, [2004] 2014.

RICH, Adrienne. Hetossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Bagoas, Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

SALES, G. C. Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do Boletim ChanacomChana. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

WITTIG, Monique. As guerrilheiras (1969). Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2019.

FERNANDES, Bruna Emanuele; LISSA, Barbara; RODRIGUES, Rita Lages. Boletim ChanacomChana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente brasileira. Signo, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 84, p. 74-90, nov. 2020. ISSN 1982-2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/15500>>.doi:<https://doi.org/10.17058/signo.v45i84.15500>.